

1 **ATA DA QUARTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE**  
2 **PREVIDÊNCIA – CEP DO ANO DE 2016.**

3  
4 Aos **quatro dias do mês de maio** do ano de **dois mil e dezesseis**, no  
5 Auditório do prédio sede da Amapá Previdência – AMPREV, situado à Rua  
6 Binga Uchôa, número dez, Centro, Macapá-AP, às dezesseis horas e quinze  
7 minutos, teve início a quarta Reunião Ordinária do Conselho Estadual de  
8 Previdência, na direção do Presidente **ARNALDO SANTOS FILHO**, que  
9 cumprimentou os Conselheiros e os demais presentes. Em seguida,  
10 apresentou o **ITEM 1 - LEITURA DO EDITAL** número zero sete de dois mil e  
11 dezesseis, o qual convoca os membros do Conselho Estadual de Previdência,  
12 Diretoria Executiva, Gerente Administrativo e Financeiro e Procuradoria  
13 Jurídica da AMPREV; para fazerem-se presentes nessa sessão. **ITEM 2 -**  
14 **VERIFICAÇÃO DE QUORUM**, chamando nominalmente os membros Titulares  
15 do Conselho Estadual de Previdência na seguinte ordem: **WELINGTON DE**  
16 **CARVALHO CAMPOS**, ausente; representado pelo seu Suplente **CARLOS**  
17 **LUIZ PEREIRA MARQUES**, presente; **SEBASTIÃO CRISTOVAM FORTES**  
18 **MAGALHÃES**, presente; **EDUARDO CORREA TAVARES**, presente; **CARLOS**  
19 **AUGUSTO TORK DE OLIVEIRA**, ausente; **PAULO CÉSAR LEMOS**, ausente;  
20 **PAULO DE SANTANA VAZ**, presente; **VINICIUS MENDONÇA CARVALHO**,  
21 presente, **IVONETE FERREIRA DA SILVA**, presente; **EDSON FRANÇA**  
22 presente; **HELIELSON DO AMARAL MACHADO**, presente; **HEMERSON DE**  
23 **SOUZA DIAS**, presente; **JOSÉ PAIXÃO MOREIRA MARTINS**, presente;  
24 **FRANCISCO ICLENOR BEZERRA DE OLIVEIRA**, presente; **TIAGO PINTO**  
25 **MARQUES**, presente; **FERNANDO CEZAR PEREIRA DA SILVA**, presente.  
26 **ITEM 3 - JUSTIFICATIVA DE AUSÊNCIA:** O Conselheiro: **PAULO CÉSAR**  
27 **LEMOS** justificou sua ausência. Ao dar início aos trabalhos o Presidente  
28 sugeriu que houvesse inversão da pauta, passando para o **ITEM - 8**  
29 **Apresentação do Cálculo Atuarial de 2015, pelo do Banco do Brasil:** sem  
30 que houvesse objeções, o Presidente passou a palavra ao representante do  
31 Banco do Brasil o Senhor Felipe Araldi, o qual iniciou sua fala cumprimentando  
32 a todos os presente. Passando a apresentação, explicou que se dará através  
33 de slides, os quais terão informações básicas e gerais sobre o cálculo atuarial e  
34 após, será franquiado a palavra para esclarecimentos quanto aos dados



35 apresentados. Ressaltou que na AMPREV, a contribuição tanto para o Plano  
36 Financeiro como para o Plano Previdenciário é de 23%, 12% do Estado e 11%  
37 do servidor, desses 23% são usados 16,15% para aposentadoria programada,  
38 2,61% despesas administrativas, 1,89% reversão de aposentadoria  
39 programada, 1,04% pensão de ativos e 0,43% auxílios, esses chamados  
40 benefícios de riscos, estão saindo da capitalização, a grosso modo, o que está  
41 sendo capitalizado para o regime são os 16,15% e 1,89% o restante é só para  
42 pagar os benefícios de risco e despesa administrativa, é menos recurso que se  
43 capitaliza, e quanto mais se capitalizar, contribui-se menos no futuro, com os  
44 ganhos das taxas de juros da rentabilidade ao longo do tempo, o resultado do  
45 Plano Financeiro, onde a AMPREV tem segregação de massa, qualquer  
46 insuficiência de contribuição será bancada pelo ente, se trabalhou com taxa de  
47 juros 0% para avaliação, uma vez que teoricamente o objetivo do plano não é  
48 capitalizar recurso, a AMPREV pediu para que se considere o patrimônio atual  
49 e a rentabilidade no cálculo atuarial, demonstrou a folha futura, que são os  
50 salários que vão entrar até que todos servidores se aposentem, teve redução  
51 de 9,2% para 7,3% milhões parte por servidores que se aposentaram e perda  
52 na média dos salários, houve uma redução do patrimônio pela forma de  
53 calcular, considerando a base menor de contribuições futuras, de forma geral  
54 houve uma redução no déficit de 17,7 para 14,6 quase 3bi, as receitas e a  
55 despesas tiveram quedas devido as contribuições e redução de pensões e  
56 folha, respectivamente, a partir de 2019/2020 vai começar o desembolso  
57 financeiro do plano, que hoje é superavitário, a diferença que vier entre  
58 benefícios e receita, será bancado pelo ente, no Plano Previdenciário, temos  
59 civis e militares com déficit de 46 milhões e 40 milhões respectivamente, essas  
60 alterações foram pela mudança na regra de cálculo, de não usar mais, as  
61 informações da geração futura, uma forma de diminuir esse déficit, é o  
62 aumento da contribuição, hoje a situação da AMPREV é confortável em relação  
63 a outros institutos, porém, a contribuição que a AMPREV pratica hoje é a  
64 menor que a maioria dos institutos, e as projeções são de aumento de  
65 despesas, a questão do equilíbrio financeiro atuarial dos institutos, é recente,  
66 apesar de ser um Estado novo, com superávit financeiro, um aumento na  
67 contribuição de 1,35% reequilibraria o Plano Previdenciário e dava um folego  
68 para o Plano Financeiro, que acumularia um patrimônio maior, quanto aos





69 custos, já é uma linha do Ministério da Previdência, não manter os auxílios  
70 como auxílio doença, salário maternidade, auxílio reclusão e salário família, que  
71 são permitidos o regime ter, porém, não obrigatórios, as aposentadorias e as  
72 pensões são obrigatórias, ficariam a cargo das secretarias, diminuindo os  
73 custos administrativos, outras questões que estão sendo implementadas,  
74 inclusive pela união, é a previdência complementar e regras de concessão de  
75 pensão, com as reformas da previdência em discussão, a tendência é que os  
76 regimes adotem a previdência complementar para diminuir os riscos, na  
77 pensão, por não estar condicionada a questão da temporariedade, nem toda  
78 pensão precisa ser vitalícia, a união alterou a regra da pensão no regime  
79 próprio e geral, a expectativa de vida do beneficiário, dependendo da idade  
80 será temporária, a segregação de massa é outra questão vista com restrição  
81 pelo Ministério da Previdência, desde 2014 para se fazer ou desfazer  
82 segregação, tem que ser aprovada pelo do Ministério da Previdência, com o  
83 déficit apresentado de 87 milhões, para se manter o equilíbrio financeiro, faz-se  
84 um plano de equacionamento que tem duração de até 35 anos a partir do  
85 momento da implantação, a partir de 2017 se acrescentaria uma alíquota de  
86 0,61% até 2049, isso será uma contribuição que o Estado terá que pagar sobre  
87 a folha de pagamentos dos servidores do plano previdenciário, esse plano deve  
88 ser enviado no DRAA e deve ser baseado em lei, para ser aprovado pelo  
89 Ministério da Previdência, há outros procedimentos para equacionar o déficit  
90 que podem ser discutidos e levados ao Ministério, o aumento da contribuição é  
91 uma das alternativas, hoje para solucionar o déficit sem precisar fazer o plano  
92 de equacionamento, precisaria de 87 milhões em bens e direitos aportados no  
93 Plano Previdenciário, que também precisaria de projeto de lei, finalizando a  
94 apresentação, com essa nova plataforma do DRAA no CADPREV WEB o  
95 Ministério da Previdência tem a possibilidade de cruzar informações do DAIR,  
96 DIRP e DPIN que emite 53 notificações automáticos, com prazos de 30,60 e 90  
97 dias para responder, essas foram as informações a serem prestadas. Logo  
98 após as discursões, foi colocado em votação, **ficando aprovado com**  
99 **ressalvas o relatório do Cálculo Atuarial de 2015. ITEM 9 - Apresentação,**  
100 **apreciação e deliberação da Política de Investimento para o exercício de**  
101 **2016:** O senhor Carlos Roberto – Chefe da DICAM, deu início a sua  
102 apresentação, dando ênfase aos principais pontos que foram alterados com



103 relação a Política de Investimento do ano de 2015. Explicou também que a  
104 Política de Investimento da AMPREV tem como objetivo estabelecer as  
105 diretrizes das aplicações dos recursos garantidores mencionados no artigo 4º  
106 da Lei Estadual nº 915 de 2005, e que, os critérios, procedimentos e limites  
107 estabelecidos para aplicação dos recursos financeiros administrados pela  
108 AMPREV, deverão ser selecionados de acordo com a Resolução CMN nº  
109 3.922/2010, bem como, pela Portaria MPS nº 519/2011, devendo ser adequado  
110 às características dos planos financeiros e previdenciários para suas  
111 obrigações futuras, buscando atingir ou superar a meta atuarial de  
112 rentabilidade definida. E que deverá ser sempre observado o equilíbrio dos  
113 ativos com as obrigações do passivo atuarial. Dando sequência falou dos  
114 objetivos, da vigência da Política de Investimento, da gestão dos recursos, das  
115 metas e diretrizes para alocação de recursos, do cenário de mercado, do  
116 controle e monitoramento dos investimentos e finalizando com o Sistema  
117 Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC). Por fim ressaltou que as  
118 Instituições Financeiras que operem e/ou que venham a operar com a  
119 AMPREV poderão, a título institucional, dar apoio técnico através de cursos,  
120 seminários e workshops ministrados por profissionais de mercado e/ou  
121 funcionários das instituições para capacitações de servidores e membros dos  
122 Conselhos, bem como oferecer essas franquias, em contraprestação a serviços  
123 e projetos de iniciativa da AMPREV, sem nenhum ônus ou compromisso  
124 vinculado aos produtos de investimentos. O Presidente ressaltou que a Política  
125 de Investimento para o exercício de 2016, já havia sido pré-aprovada na 2ª  
126 Reunião Ordinária. **ITEM 4 - Apreciação e aprovação da ATA da 1ª Reunião**  
127 **Extraordinária do CEP, realizada em 02/02/2016:** O Presidente colocou este  
128 item em apreciação, e após a leitura, **ficando Aprovada, por unanimidade de**  
129 **votos, a ATA da 1ª Reunião Extraordinária de 2016.** **ITEM 5 - Apreciação e**  
130 **aprovação da ATA da 2ª Reunião Extraordinária do CEP, realizada em**  
131 **16/02/2016:** O Presidente colocou este item em apreciação, e após a leitura,  
132 **ficando Aprovada, por unanimidade de votos, a ATA da 2ª Reunião**  
133 **Extraordinária de 2016.** **ITEM 6 - Apreciação e aprovação da ATA da 3ª**  
134 **Reunião Extraordinária do CEP, realizada em 22/02/2016:** O Presidente  
135 colocou este item em apreciação, e após a leitura, **ficando Aprovada, por**  
136 **unanimidade de votos, a ATA da 3ª Reunião Extraordinária de 2016.** Em





137 razão das apresentações dos ITENS 8 e 9, e por deliberação do Conselho, os  
138 ITENS 7 (Informações sobre o Sistema de Controle e Análise de Investimento)  
139 ITEM 10 (Informações a respeito do Balanço do Exercício de 2015) e ITEM 11  
140 (Informações sobre forma de apuração dos benefícios temporários) serão  
141 apreciados em outra oportunidade. **ITEM 12 – Comunicação da Presidência:**  
142 O Presidente informou que houve avanço no processo concernente a invasão  
143 do Cajarí, e que, estar marcado para o dia 1º de junho de 2016, audiência para  
144 tratar do assunto, informando posteriori o horário e a Vara a qual se dará a  
145 mesma, para que os Conselheiros possam acompanhar. O Presidente falou  
146 ainda, que gostaria de propor um acordo com os invasores, uma vez que o  
147 Conselho já havia aprovado a segregação do terreno, e que, a proposta seria  
148 que eles pagassem pelo terreno ocupado valor de mercado, proposta essa que  
149 foi acolhida pelos Conselheiros de forma positiva. **ITEM 13 - Comunicação**  
150 **dos Conselheiros:** Não houve. **ITEM 14 - O que ocorrer:** Não Houve. Não  
151 havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença e a  
152 participação de todos, e encerrou a reunião às dezenove horas e trinta e cinco  
153 minutos, da qual eu, Antônia Rosemary Passos, Secretária, lavrei a presente  
154 ata, que será assinada pelos Conselheiros presentes e por mim própria.  
155 Macapá, Amapá, quatro de maio de dois mil e dezesseis.

156  
157 **Arnaldo Santos Filho:** 

158 Presidente do Conselho

159  
160 **Carlos Luiz Pereira Marques:** 

161 Membro Suplente, representante do Poder Executivo.

162  
163 **Sebastião Cristovam Fortes Magalhães:** 

164 Membro Titular, representante do Poder Executivo.





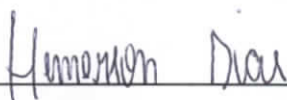

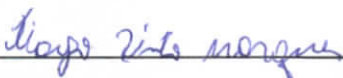

165  
166 **Eduardo Corrêa Tavares:** 

167 Membro Titular, representante do Poder Executivo.

168  
169 **Paulo de Santana Vaz:** 

170 Membro Titular, representante do Tribunal de Contas.



- 171  
172 **Vinicius Mendonça Carvalho**   
173 Membro Titular, representante do Ministério Público.  
174
- 175 **Ivonete Ferreira da Silva:**   
176 Membro Titular, representante dos servidores Civis Ativos.  
177
- 178 **Edson França:**   
179 Membro Titular, representante dos servidores Civis Inativos.  
180
- 181 **Helielson do Amaral Machado:**   
182 Membro Titular, representante dos Militares Ativos.  
183
- 184 **Hemerson de Souza Dias:**   
185 Membro Titular, representante dos Militares Inativos.  
186
- 187 **José Paixão Moreira Martins:**   
188 Membro Titular, representante dos servidores do Poder Judiciário.  
189
- 190 **Francisco Iclenor Bezerra de Oliveira:** \_\_\_\_\_  
191 Membro Titular, representante dos servidores da Assembleia Legislativa.  
192
- 193 **Tiago Pinto Marques:**   
194 Membro Titular, representante dos servidores do Tribunal de Contas.  
195
- 196 **Fernando Cezar Pereira da Silva:** \_\_\_\_\_  
197 Membro Titular, representante dos servidores do Ministério Público.  
198
- 199 **Antonia Rosemary Passos:**   
200 Secretária do CEP/AMPREV